



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jul./Dez. de 2025

Joaquim Agostinho de Santiago Neto

Universidade Estadual do Rio Grande Do Norte / UERN
joaquimsousasantiago@gmail.com

INTERSECCIONALIDADE COMO CRIAÇÃO DO FEMINISMO NEGRO: Epistemologias de resistência e enfrentamentos à colonialidade do saber na Universidade Brasileira

RESUMO

Este artigo analisa o papel das epistemologias feministas negras e da interseccionalidade no enfrentamento à colonialidade do saber na universidade brasileira, articulando perspectivas das feministas negras norte-americanas e brasileiras com o pensamento decolonial latino-americano. A pesquisa, de natureza bibliográfica e caráter comparativo, busca compreender como esses diferentes marcos teóricos, embora partam de contextos históricos e políticos distintos, convergem na crítica à racionalidade moderna/colonial e na valorização de saberes subalternizados. O esforço analítico da autora evidencia que, enquanto as feministas negras norte-americanas, como Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw, enfatizam a interseccionalidade como ferramenta de denúncia das opressões estruturais, as feministas negras brasileiras — como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro — tensionam o pensamento decolonial latino-americano ao inscreverem a experiência negra no centro da crítica à colonialidade. Os resultados indicam que a articulação entre esses referenciais possibilita repensar os modos de produção e legitimação do conhecimento, contribuindo para a construção de uma ciência decolonial e antirracista comprometida com a equidade e a pluralidade epistemológica.

Palavras Chave: Epistemologias feministas negras; Interseccionalidade; Decolonialidade.

LA INTERSECCIONALIDAD COMO CREACIÓN DEL FEMINISMO NEGRO: Epistemologías de resistencia y enfrentamientos a la colonialidad del conocimiento en las Universidades Brasileñas

ABSTRACT

Este artículo analiza el papel de las epistemologías feministas negras y la interseccionalidad en la confrontación de la colonialidad del conocimiento en las universidades brasileñas, articulando las perspectivas de las feministas negras norteamericanas y brasileñas con el pensamiento decolonial latinoamericano. La investigación, de naturaleza bibliográfica y comparativa, busca comprender cómo estos diferentes marcos teóricos, a pesar de originarse en contextos históricos y políticos distintos, convergen en su crítica de la racionalidad moderna/colonial y la valorización de los conocimientos subalternizados. El esfuerzo analítico de la autora destaca que, mientras que las feministas negras norteamericanas, como Patricia Hill Collins y Kimberlé Crenshaw, enfatizan la interseccionalidad como una herramienta para denunciar la opresión estructural, las feministas negras brasileñas, como Lélia Gonzalez y Sueli Carneiro, intensifican el pensamiento decolonial latinoamericano al colocar la experiencia negra en el centro de su crítica de la colonialidad. Los resultados indican que la articulación entre estos referentes permite repensar los modos de producción y legitimación del conocimiento, contribuyendo a la construcción de una ciencia decolonial y antirracista comprometida con la equidad y la pluralidad epistemológica.

Palabras clave: Epistemologías feministas negras; Interseccionalidad Descolonialidad.

Introdução

Nas últimas décadas, o debate em torno da descolonização do saber tem ganhado força nas universidades latino-americanas, especialmente diante da urgência em enfrentar os efeitos duradouros da colonialidade nas formas de produzir conhecimento. A epistemologia dominante, alicerçada no ideal de universalismo, objetividade e neutralidade, marcas do pensamento eurocentrado, estabelece critérios que não apenas hierarquizam, mas também deslegitimam saberes produzidos fora das linhas ocidentais, especialmente aqueles vinculados a experiências populares, ancestrais e não letradas. Nesse contexto, as mulheres negras vêm assumindo um protagonismo fundamental ao questionar a suposta neutralidade da ciência moderna, denunciando a invisibilização das relações de raça, gênero e classe na estruturação do conhecimento acadêmico, bem como desafiando o cânone tradicional ao reivindicar epistemologias situadas, que se fundamentam nas experiências vividas, na oralidade e na ancestralidade afro-diaspórica.

Este estudo aborda as epistemologias feministas negras e a interseccionalidade como instrumentos de enfrentamento à colonialidade do saber no âmbito acadêmico. O objetivo central é discutir como essas produções desafiam as hierarquias epistêmicas e quais contribuições oferecem à construção de uma ciência decolonial.

No âmbito da discussão sobre a colonialidade do saber, concebida por Aníbal Quijano (2005) e aprofundada por Maria Lugones (2014) e Catherine Walsh (2019), demonstra-se a persistência de lógicas coloniais na produção, validação e transmissão do conhecimento. Em razão disso, a crítica a esse paradigma tem sido essencial para repensar o papel das universidades na reprodução dessas hierarquias epistemológicas. Com efeito, este sistema de poder funciona como um mecanismo epistemológico de exclusão que nega acesso a indivíduos que foram historicamente marginalizados.

As vivências das mulheres negras constituem epistemologias insurgentes que entrelaçam crítica social, resistência política e produção de conhecimento. Nesse processo, a interseccionalidade, ferramenta cunhada por

Kimberlé Crenshaw¹ para decifrar opressões imbricadas, converte-se em bússola analítica, articulando-se organicamente às perspectivas decoloniais latino-americanas. Como bem demonstram teóricas como María Lugones e Catherine Walsh, raça, gênero e classe não são categorias justapostas, ¹mas fios indissociáveis da tapeçaria colonial. É assim que essas epistemologias não apenas interrogam o cânone hegemônico, mas tecem alternativas epistêmicas capazes de ressignificar os próprios alicerces do saber.

Apesar dos avanços recentes nas investigações sobre os feminismos negros e a interseccionalidade, persistem lacunas significativas quanto à institucionalização desses saberes no campo acadêmico. A universidade, enquanto espaço historicamente conformado por uma ordem epistêmica moderna-colonial²², continua a operar com base em critérios de legitimidade que frequentemente excluem formas de conhecimento oriundas de experiências subalternizadas. Essa epistemologia hegemônica, sustentada por uma racionalidade universalista, abstrata, descontextualizada e ancorada na noção de neutralidade científica, funciona como um dispositivo normativo que delimita o que pode ser reconhecido como saber legítimo. Nesse ínterim, as epistemologias dissidentes se configuram como práticas intelectuais contra-hegemônicas que questionam essas hierarquias de saber, ao passo que denunciam a colonialidade do saber como um mecanismo de reprodução de desigualdades históricas.

Neste cenário, o problema de pesquisa em questão envolve a compreensão de: como as epistemologias feministas negras e a interseccionalidade têm sido capazes de subverter a colonialidade do saber na universidade brasileira? Investigar essa questão ajuda a compreender os limites e possibilidades de transformação na universidade.

A metodologia desta pesquisa está ancorada em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com ênfase em procedimentos bibliográficos (Gil, 2008). O estudo será desenvolvido por meio da análise crítica de obras centrais das epistemologias feministas negras, com destaque para perspectivas

¹ CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex. *University of Chicago Legal Forum*, 1989.

² Sistema de produção de conhecimento que legitima saberes eurocêntricos enquanto desqualifica outros modos de conhecer (Maldonado-torres, 2007).

interseccionais e decoloniais que questionam de forma incisiva o lugar social e epistêmico da mulher negra nas estruturas acadêmicas. Compõem o corpus analítico as seguintes obras: *Black Feminist Thought* (2008), de Patricia Hill Collins; *Mulheres, Raça e Classe* (2016), de Angela Davis; *O que é lugar de fala?* (2017), de Djamila Ribeiro; *Intelectuais Negras: Produção de Saberes, Projetos de Sociedade* (2020), organizado por Giovana Xavier; e *A Invenção das Mulheres* (2021), de Oyèrónkẹ Oyěwùmí. A coleta e a análise dos dados ocorrerão por meio de leitura aprofundada e interpretação sistemática dessas obras, visando identificar os principais aportes teóricos, as estratégias de resistência epistêmica articuladas pelas autoras e os impactos de suas produções na disputa por legitimidade no campo científico-acadêmico.

O presente estudo concentra-se em analisar as contribuições da interseccionalidade, concebida a partir do feminismo negro, para o enfrentamento da colonialidade do saber no contexto universitário, evidenciando como essa abordagem permite compreender as múltiplas formas de opressão que atravessam as experiências de estudantes e docentes negros(as). Este trabalho tem como objetivo propor uma reflexão crítica sobre o modo como as universidades brasileiras vêm resistindo às demandas de descolonização epistêmica. A relevância deste objeto de estudo se expressa na valorização do conhecimento produzido por mulheres negras no espaço social acadêmico.

Este artigo está organizado em quatro seções. A primeira apresenta os fundamentos das epistemologias feministas negras. A segunda discute o conceito de interseccionalidade, com base na análise crítica da colonialidade do saber no contexto universitário. Na terceira, examina-se a inserção das epistemologias feministas negras na universidade brasileira, explorando os limites e possibilidades. Por fim, nas considerações finais, retomam-se as principais contribuições do estudo, indicando caminhos para o fortalecimento de práticas epistêmicas contra-hegemônicas e decoloniais.

EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS NEGRAS

As epistemologias feministas negras consolidam-se como um campo crítico capaz de tensionar tanto os limites do pensamento ocidental hegemônico quanto as lacunas do feminismo branco na abordagem das experiências específicas das mulheres negras. Fundamentadas em trajetórias históricas e vivências cotidianas, essas epistemologias produzem formas alternativas de conhecimento, pautadas na oralidade, na ancestralidade, nos afetos e na dimensão coletiva da existência (Collins, 2019). Ao contestarem os discursos universalizantes característicos da modernidade, essas epistemologias reivindicam o conhecimento situado como ato de resistência política e epistêmica, conferindo legitimidade a narrativas elaboradas por sujeitos historicamente silenciados.

Sabemos, contudo, que a produção acadêmica é um dos grandes aportes do feminismo à ciência, questionando quem define os critérios de validade no campo científico. Segundo Sandra Harding (2007, p. 164), “as mulheres necessitam mais objetividade, racionalidade, bom método e boa ciência para projetos que se originam em suas necessidades”. Assim, o desafio das epistemologias feministas não é negar a ciência, mas reconstruí-la a partir de bases comprometidas com a justiça social.

Historicamente, as epistemologias feministas negras são fruto das resistências forjadas na diáspora africana e nos contextos de colonização. Segundo a análise de Gonzalez (2020) sobre as dinâmicas históricas de opressão, as estruturas sociais e institucionais brasileiras mantêm-se marcadas pela negação das subjetividades negras, desde o período escravocrata até os dias atuais, sendo tais processos posteriormente compreendidos, no âmbito teórico latino-americano, pelo conceito de colonialidade do poder, cunhado por Quijano no início do século XXI. Em última análise, essas dimensões epistemológicas reposicionam a mulher negra como agente epistêmica e política na produção de saberes.

Este capítulo, portanto, se concentra na análise das epistemologias feministas negras como instrumento de enfrentamento à colonialidade do saber³ na universidade. Busca-se uma ruptura com os paradigmas eurocêntricos,

³ Hierarquização de conhecimentos que privilegia paradigmas eurocêntricos.

valorizando saberes oriundos das experiências de mulheres negras. Elementos que contribuem para a construção de uma ciência social comprometida com a democratização do conhecimento científico.

A partir disso, entendemos que os estudos feministas negros formam um campo importante para a descolonização do saber, ao reconhecer as mulheres negras como produtoras de conhecimento. Patricia Hill Collins (2016, p. 101)⁴ destaca que “o pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras.” Nesse sentido, a marginalidade se converte em lugar de resistência, reconhecendo a legitimidade desses saberes na reconstrução das epistemologias dominantes.

A crítica à pretensa objetividade científica e à centralidade eurocêntrica do saber revela-se, portanto, fundamental para analisar quem detém a autoridade de definir os critérios de validade e os paradigmas reconhecidos como legítimos no âmbito científico. Conforme ressaltado por Harding (2007), a ideia tradicional de objetividade tem sido relevante para o debate feminista, buscando uma ciência mais objetiva na tentativa de eliminar qualquer influência de valores pessoais ou sociais. Em razão disso, métodos científicos descritos nos projetos de pesquisa seriam responsáveis por excluir os interesses que os pesquisadores inevitavelmente carregam consigo.

As tradições de pesquisa que sustentam as epistemologias feministas negras são marcadas por abordagens qualitativas, com ênfase em narrativas, histórias de vida, etnografias insurgentes e metodologias decoloniais. Em sua análise, Gonzalez (2020) propõe a categoria de “amefricanidade” como instrumento conceitual para romper com dicotomias coloniais, articulando de forma crítica as experiências e as identidades ligadas à África e à América. Esse conceito enfatiza as intersecções entre identidade, território e ancestralidade, ao mesmo tempo em que permite repensar a história do Brasil a partir das conexões históricas, culturais e sociais entre os continentes, evidenciando como processos de colonização, resistência e diáspora negra moldaram a formação da sociedade brasileira. Assim, a amefricanidade oferece uma perspectiva teórica que adensa

⁴ COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within. *Sociedade e Estado*, v.31, n.1, 2016.

o debate sobre a construção de sujeitos e saberes historicamente marginalizados.

No interior dos espaços institucionais, onde predomina a hegemonia branca, emerge a necessidade premente de incorporar as competências e habilidades das mulheres negras. Nesse sentido, Sueli Carneiro (2005), ao compartilhar suas experiências, evidencia a ausência de representatividade negra nas lideranças feministas brancas, sublinhando a urgência de reconfigurar essas dinâmicas para contemplar as especificidades e contribuições das mulheres negras.

Sou a primeira negra a chegar à secretaria executiva da Rede Feminista de Saúde. [...] Também não me lembro de nenhuma mulher negra dirigindo uma instituição do feminismo no Brasil depois de mim. Refiro-me a organizações do feminismo que não são organizações criadas pelas mulheres negras.” (Carneiro, 2005, p. 257)

A autora mostra que as mulheres negras estão pouco representadas nas organizações feministas e enfrentam obstáculos estruturais que dificultam sua participação nas decisões. Por isso, a crítica ao feminismo hegemônico se torna mais forte, apontando a necessidade de construir agendas que integrem, de forma inseparável, as questões de raça, classe e gênero.

Nesse contexto, assume relevância o conceito de “lugar de fala”, formulado por Djamila Taís Ribeiro dos Santos (2017), que se apresenta como instrumento para compreender a posição social e política a partir da qual um sujeito se enuncia. Trata-se, portanto, não de conferir legitimidade às falas, mas de reconhecer as hierarquias de poder que condicionam quem pode falar e de que maneira, permitindo analisar como experiências, identidades e vivências específicas influenciam a produção e a circulação do conhecimento. Por outro lado, Bell Hooks (2019), assim como Patricia Hill Collins (2016) e Sueli Carneiro (2005), analisam criticamente as representações visuais que moldam a subjetividade de mulheres negras, desafiando o silenciamento histórico imposto a esses corpos e evidenciando os mecanismos de exclusão e estereotipagem presentes nas estruturas sociais e culturais.

Giovana Xavier, historiadora e professora da Faculdade de Educação da UFRJ, propõe a substituição das mulheres negras como objeto de pesquisa por sujeitas de pesquisa, atuando como narradoras de suas próprias histórias (Xavier, 2019). Essa perspectiva metodológica desafia práticas acadêmicas que ainda reproduzem a colonialidade do saber, ao integrar os saberes oriundos das periferias e do cotidiano à produção científica. Portanto, trata-se de uma reivindicação por um lugar epistêmico, no qual as experiências das mulheres negras não apenas informam a pesquisa, mas constituem conhecimento transformador dentro da universidade.

INTERSECCIONALIDADE E (DE) COLONIALIDADE DO SABER

A compreensão das opressões interseccionais vividas pelas mulheres negras exige o rompimento com paradigmas universalistas que historicamente invisibilizaram suas experiências⁵. Angela Davis (2016)⁶ evidencia que, durante a escravidão, as mulheres negras foram exploradas duplamente, como força de trabalho e como corpos disponíveis à violência sexual, e que essa realidade fundou uma lógica de opressão que persiste sob novas roupagens no capitalismo racial contemporâneo.

Ao articular raça, classe e gênero de forma indissociável, Davis (1981) antecipa a noção de interseccionalidade, demonstrando que as opressões não atuam de maneira isolada, mas se entrelaçam em complexas interações. Essa perspectiva crítica encontra eco em intelectuais brasileiras como Lélia Gonzalez (2020), Beatriz Nascimento (1985) e Sueli Carneiro (2011), que também analisam as múltiplas dimensões de exclusão e hierarquia social presentes nas experiências de mulheres negras no Brasil, contribuindo para o aprofundamento do debate sobre desigualdades estruturais e produção de conhecimento situado..

⁵ Estratégia colonial de apagamento de saberes periféricos que perpetua hierarquias cognitivas (Santos, 2007).

⁶ DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade⁷, sistematizado por Kimberlé Crenshaw (2002), permite compreender como sistemas de opressão como racismo, sexismo e classismo atuam de maneira interligada na vida de sujeitos marginalizados. Em contextos latino-americanos, a perspectiva crítica sobre a produção do conhecimento tem sido articulada à análise da colonialidade do saber, conceito desenvolvido por Quijano (2005) para denunciar a persistência de estruturas coloniais que atravessam instituições, linguagens e práticas acadêmicas. Embora Quijano não mencione diretamente Crenshaw nem utilize o termo “interseccionalidade”, sua análise sobre a distribuição desigual de poder e os mecanismos de exclusão social permite interpretar que as opressões se cruzam de maneira complexa, fornecendo uma base teórica para relacionar, posteriormente, a colonialidade do saber à perspectiva interseccional.

A interseccionalidade não é apenas uma categoria analítica, mas uma prática política de valorização de sujeitos subalternizados⁸. Alcoff (1991-1992) sustenta que os “efeitos de verdade” de um discurso variam conforme a posição social e identitária de quem o enuncia, indicando que a credibilidade do conhecimento não é neutra, mas atravessada por relações de poder. Nesse contexto, a crítica à colonialidade do saber se articula com as epistemologias feministas negras, que, conforme Collins (2019), não se limitam a incluir novos sujeitos na produção científica, mas buscam reconstruir as bases epistemológicas e os critérios de validação do conhecimento, deslocando o centro eurocentrado da produção acadêmica.

Além disso, o estudo conduzido por Crenshaw (2002) apresenta, no campo do direito, a teoria interseccional, que analisa como a sobreposição ou o cruzamento de identidades sociais, especialmente de grupos minoritários, se relaciona diretamente com os sistemas de dominação e discriminação⁹.

Similarmente, Santos e Meneses (2013)¹⁰ destacam que as epistemologias do Sul, entendidas como um conjunto de reflexões e práticas que

⁷ Não só conceito, mas projeto político para dismantelar opressões imbricadas (Collins, 2019).

⁸ Atos políticos que convertem análise teórica em ferramenta de emancipação (Akotirene, 2018).

⁹ Instrumento jurídico que revela como sistemas opressivos se reforçam mutuamente (Crenshaw, 1989).

¹⁰ SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. Cortez, 2013. [Proposta revolucionária para uma ecologia de saberes].

emergem dos saberes historicamente marginalizados e das lutas sociais no Sul Global, propõem um reposicionamento radical na forma como os conhecimentos são produzidos. Essas epistemologias questionam a hegemonia do pensamento eurocêntrico e colonial, enfatizando a necessidade de reconhecer os saberes de grupos subalternizados. Assim, reforçam que, sem uma crítica à colonialidade do saber, a interseccionalidade se torna estéril no interior das instituições acadêmicas¹¹.

Segundo Walsh (2009), a colonialidade do saber refere-se à imposição de um modelo epistêmico ocidental como o único válido, silenciando outras formas de conhecimento. Nesse cenário, a interseccionalidade emerge como ferramenta epistemológica de enfrentamento aos padrões eurocêntricos do conhecimento. Seguindo essa linha de pensamento, Curiel (2019) destaca que é preciso “despatriarcalizar” a produção acadêmica e reconhecer os saberes insurgentes que emergem dos corpos historicamente oprimidos.

Embora existam estudos que valorizam o conhecimento produzido por mulheres negras, a experiência vivida como critério de credibilidade é baseada em narrativas, saberes cotidianos e relações éticas com a comunidade. Assim, o pensamento feminista negro se constrói a partir das experiências de vida das mulheres negras como uma epistemologia alternativa à dominante, como afirma o autor:

O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras [...] enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras (Collins, 2016, p. 101).

O pensamento feminista negro, conforme destaca Collins, é uma epistemologia enraizada nas experiências vividas por mulheres negras, constituindo-se como um saber produzido a partir de um ponto de vista situado. Essa perspectiva valoriza os conhecimentos cotidianos, as narrativas orais e as relações éticas com a comunidade como fontes legítimas de produção do saber, desafiando os paradigmas hegemônicos eurocêntricos. Assim, o feminismo

¹¹ Risco da interseccionalidade quando desconectada da luta anticolonial (Curiel, 2019).

negro afirma a experiência como critério de credibilidade e resistência epistêmica¹².

Carneiro (2005) destaca que a interseccionalidade, enquanto ferramenta analítica crítica, depende de sua articulação com uma reflexão sobre a colonialidade do saber para exercer potência transformadora. Dissociada desse olhar crítico, tende a ser cooptada pelas instituições que busca tensionar. Akotirene (2018) reforça essa perspectiva, evidenciando que o conceito só cumpre seu papel emancipatório se confrontar os mecanismos que sustentam a hegemonia do conhecimento ocidental. Assim, a convergência entre ambas aponta que, sem essa crítica estruturada, a interseccionalidade perde eficácia na subversão das hierarquias raciais, de gênero e de classe presentes no espaço acadêmico.

No âmbito dos estudos decoloniais e das críticas à modernidade/colonialidade, María Lugones propõe uma análise centrada no entrelaçamento constitutivo de categorias como raça, gênero, classe e sexualidade, destacando seu papel estruturante na dominação moderna. Embora não se situe no campo do feminismo negro, sua perspectiva dialoga com as discussões sobre interseccionalidade ao evidenciar como a opressão se manifesta de forma simultânea e articulada, oferecendo um aporte teórico relevante para compreender as dinâmicas de poder que ultrapassam categorias isoladas. A interseccionalidade, nesse sentido, é mais do que uma sobreposição de opressões, é uma lógica de construção mútua da colonialidade do poder e da colonialidade de gênero¹³.

As feministas de cor têm frisado aquilo que só é revelado, em termos de dominação e exploração violentas, quando a perspectiva epistemológica se concentra na intersecção dessas categorias. Ainda assim, isso não tem sido suficiente para fazer os homens de cor, que também são vítimas de dominações e explorações violentas, perceberem que em certa medida são cúmplices ou colaboradores na efetivação da dominação violenta das mulheres de cor (Lugones, 2020, p. 55).

¹² Atos cognitivos que subvertem a hegemonia científica eurocêntrica (Harding, 1993).

¹³ Sistema que articula patriarcado e colonialismo (Lugones, 2014).

Essa reflexão evidencia a complexidade das relações de poder e das hierarquias sociais que atravessam gênero, raça e classe, ressaltando que a opressão não se manifesta de forma linear ou isolada. A autora demonstra que mesmo grupos historicamente subjugados podem reproduzir práticas de dominação, intencionalmente ou não, quando inseridos em estruturas de poder patriarcais e coloniais. Assim, compreender a interseccionalidade como análise crítica implica reconhecer a responsabilidade compartilhada na manutenção de desigualdades, permitindo que estratégias de resistência e emancipação considerem não apenas as vítimas diretas da opressão, mas também os agentes que, consciente ou inconscientemente, reforçam essas dinâmicas.

Dessa forma, a análise interseccional evidencia que a opressão se articula de maneira complexa, atravessando gênero, raça e classe, e que sua compreensão exige um olhar crítico sobre a colonialidade do poder e do saber. As reflexões de Lugones (2020), Carneiro (2005) e Akotirene (2018) reforçam que mesmo grupos historicamente subjugados podem reproduzir desigualdades quando inseridos em estruturas hegemônicas. Assim, reconhecer a interdependência das opressões e a responsabilidade compartilhada na manutenção das hierarquias sociais é fundamental para que a interseccionalidade funcione não apenas como categoria analítica, mas como instrumento de transformação e resistência epistemológica no espaço acadêmico.

SABERES SITUADOS NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Os saberes dissidentes na universidade brasileira se distinguem das discussões apresentadas até aqui ao deslocar o foco da análise do conceito de interseccionalidade e da crítica à colonialidade do saber para a produção e legitimação do conhecimento dentro do espaço acadêmico brasileiro. Esses saberes se originam de sujeitos historicamente marginalizados, cujas vivências desafiam as epistemologias eurocentradas. Ramón Grosfoguel (2008) destaca que a universidade, ao manter estruturas coloniais de saber, reproduz hierarquias que negam esses saberes. Nesse sentido, a universidade torna-se

um campo em disputa, onde a colonialidade do saber é confrontada por vozes plurais.

A discussão sobre epistemologias feministas negras, estudos decoloniais e teoria crítica latino-americana constitui um eixo recorrente na produção intelectual de feministas negras, revelando a articulação entre crítica social, análise histórica e construção teórica. Essa ênfase evidencia como tais perspectivas não apenas problematizam as estruturas de poder e de conhecimento hegemônicas, mas também oferecem ferramentas analíticas para compreender as interseccionalidades de gênero, raça e classe (Hooks, 1994; Collins, 2016; Gonzalez, 2020; Carneiro, 2005; Connell, 2012). Por meio dessas abordagens, observa-se a tensão entre experiências vividas e categorias conceituais, permitindo que a teoria se alimente da prática e, simultaneamente, produza interpretações críticas sobre a colonialidade do saber. Assim, os trabalhos dessas autoras demonstram a relevância de um olhar que valoriza saberes historicamente marginalizados, promovendo deslocamentos epistemológicos essenciais à construção de conhecimentos mais inclusivos e politicamente engajados.

A partir da emergência de coletivos acadêmicos periféricos, novas epistemologias começaram a ocupar espaços institucionais, contribuindo para a construção de saberes críticos e inclusivos. Entre esses coletivos, destacam-se o Coletivo Interseccional de Pesquisa e Ação (CIPA), voltado à análise das opressões interseccionais vividas por mulheres negras e periféricas; o Afropress – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a População Negra, que articula pesquisa, extensão e engajamento político no campo das epistemologias afro-brasileiras; e o Observatório da Educação Básica da Periferia (OEBP), que investiga as desigualdades educacionais e propõe metodologias que valorizam saberes locais e comunitários.

Por exemplo, Giovana Xavier e Djamila Ribeiro, duas feministas negras, têm contribuído para o reconhecimento dos saberes produzidos por mulheres negras nas universidades. Elas perceberam que a presença de mulheres negras na universidade não se resume à ocupação física, mas envolve a construção de uma nova gramática epistêmica que contesta o cânone eurocentrado (Kilomba, 2019).

Pesquisadoras feministas negras têm compreendido os saberes dissidentes como formas de conhecimento que emergem das margens sociais. Patricia Hill Collins (2016) denomina esse processo como epistemologia da experiência, em que a vivência do sujeito é reconhecida como fonte legítima de saber¹⁴. Muitas feministas negras defendem que o conhecimento não é neutro, mas atravessado por relações de poder, como argumenta Sandra Harding (1993)¹⁵. De forma semelhante, o feminismo latino-americano destaca que a exclusão de vozes negras e femininas do espaço acadêmico configura um silenciamento epistêmico sistemático (Hooks, 1994).

Destacam-se os estudos sobre interseccionalidade e epistemologias do Sul, bem como aqueles fundamentados na pedagogia crítica, abordagem que, segundo Freire (1987), propõe uma educação comprometida com a conscientização e a transformação social, ao reconhecer a realidade histórica e social dos sujeitos como ponto de partida para a construção do conhecimento. Nessa perspectiva, a análise das experiências de resistência de coletivos racializados e subalternizados, evidenciam como práticas educativas e epistemológicas podem atuar na descolonização do saber e na promoção de justiça social.

Ribeiro (2017)¹⁶ apresenta mapeamentos das produções de intelectuais negras e feministas nas universidades brasileiras, revelando a construção de uma comunidade epistêmica que articula saber, militância e pertencimento. Compreendendo o entrelaçamento das experiências vividas com a produção de conhecimento, essa autora afirma que o lugar social de quem fala influencia diretamente o reconhecimento dos saberes produzidos, sendo fundamental considerar que "reduzir a teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala somente às vivências seria um grande erro" (Ribeiro, 2017, p. 38). Ou seja, por mais que avancemos nas práticas de conhecimento voltadas às desigualdades de gênero, raça e classe, permanece a necessidade de questionar as estruturas epistemológicas que reproduzem a invisibilização de saberes marginalizados.

¹⁴ Reconhecimento do vivido como fonte legítima de saber (Collins, 2000).

¹⁵ HARDING, S. A instabilidade das categorias... Est. Fem., 1993. [Questiona neutralidade científica].

¹⁶ O que é lugar de fala? Letramento, 2017. [Revoluciona debates sobre posicionalidade].

A presença de estudantes quilombolas, indígenas e trans na universidade brasileira amplia e complexifica as discussões acerca de saberes situados e epistemologias dissidentes já apresentadas. Diferentemente da produção teórica de feministas negras e coletivos periféricos, esses sujeitos inserem experiências e demandas específicas relacionadas a suas trajetórias socioculturais, identitárias e territoriais, que desafiam ainda mais as normativas acadêmicas tradicionais (Andrade, 2012; Benites, 2020). Assim, suas práticas de permanência, pesquisa e engajamento político constituem formas próprias de produção de conhecimento, revelando que a diversidade epistêmica não se limita à inclusão numérica, mas envolve o reconhecimento de modos distintos de saber e de organização epistemológica.

Em estudo recente, Rizzo e Fonseca (2022) analisam a atuação de coletivos acadêmicos negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como espaços de resistência, quilombamento e produção de saberes, por exemplo, o Coletivo NegreX, Câmara de Políticas Raciais, Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo, Coletivo Negro Ebí, entre outros. Tais grupos articulam o ativismo político às práticas acadêmicas, constituindo redes de apoio e visibilizando conhecimentos historicamente marginalizados. Por meio de sua intervenção, a universidade é ressignificada como território de disputa simbólica e transformação social, onde se constroem lugares da negritude capazes de fomentar novas epistemologias e estratégias pedagógicas antirracistas.

Esses saberes identitários quando mobilizados produzem também uma relação conflitiva. Por um lado, os sujeitos feitos outros questionam as possibilidades da universidade dar respostas aos interesses das pretas/os, das/os pobres, das/os trabalhadoras/es. Por outro lado, sua própria inserção, agora como presença e existência ativas, aponta para o sentido oposto. (Rizzo; Fonseca, 2022, p. 18)

A literatura também aponta para iniciativas institucionais que buscam valorizar saberes dissidentes, como as políticas de cotas, programas de extensão e eventos científicos que promovem a pluralidade epistêmica. No entanto, Gomes (2017) destaca que tais iniciativas, embora relevantes, ainda enfrentam limitações estruturais e simbólicas para transformar profundamente o espaço universitário. Isso demonstra que os saberes produzidos por sujeitos

historicamente marginalizados continuam a ser tensionados por uma lógica acadêmica excludente.

Para Gomes (2017), no entanto, a democratização do acesso não é suficiente sem o reconhecimento dos saberes desses sujeitos. O debate sobre currículo, permanência e validação científica passa, assim, por uma crítica epistêmica radical, que articula a produção teórica e a ação política no campo da educação e das políticas públicas.

As relações entre raça, classe, gênero e produção científica, com enfoque na interseccionalidade como categoria metodológica, compreende como sistemas de opressão múltiplos moldam a experiência universitária e a própria produção do conhecimento. É nesse contexto que as epistemologias críticas operam como ferramentas de transformação, demonstrando que os saberes dissidentes estão em construção, em articulação com movimentos sociais, coletivos estudantis e iniciativas autônomas de formação, que reivindicam a universidade como espaço plural, horizontal e democrático.

CONCLUSÃO

Neste estudo, investigamos a interseccionalidade enquanto criação do feminismo negro e seu papel na contestação da colonialidade do saber na universidade brasileira. Nosso problema de pesquisa, portanto, estava articulado à necessidade de compreender de que modo as epistemologias feministas negras e a interseccionalidade têm contribuído para subverter as estruturas hegemônicas de produção e legitimação do conhecimento nesse contexto acadêmico. O problema era premente, dada a crescente complexidade da urgência de repensar o papel da universidade frente às desigualdades estruturais de raça, gênero e classe. O objetivo principal foi discutir as contribuições dessas produções para a construção de uma ciência mais democrática.

Os achados desta pesquisa revelam que as epistemologias feministas negras constituem uma crítica à objetividade eurocentrada, ao reivindicarem o saber situado, a oralidade, a ancestralidade e as vivências como fundamentos

legítimos de conhecimento. A interseccionalidade, por sua vez, surge não apenas como ferramenta analítica, mas também como prática política que articula diferentes sistemas de opressão e propõe uma reconstrução do campo científico a partir de uma perspectiva decolonial. Foi possível identificar que a atuação de mulheres negras na produção de conhecimento tem contribuído para a construção de uma nova gramática epistêmica, que desafia o cânone e insere saberes historicamente marginalizados no centro das reflexões acadêmicas.

A análise também evidenciou que, embora se observe um aumento na presença de intelectuais negras nos cursos e na produção acadêmica, bem como a criação de espaços coletivos de resistência, como grupos de pesquisa, coletivos estudantis e núcleos de extensão voltados a pautas étnico-raciais, ainda persistem barreiras estruturais que dificultam a consolidação dessas epistemologias. A partir da análise bibliográfica e do levantamento crítico de estudos sobre feminismo negro, interseccionalidade e epistemologias decoloniais, observou-se que a produção de conhecimento oriunda dessas perspectivas possui potencial para impactar não apenas o meio acadêmico, mas também políticas públicas, práticas pedagógicas e debates sociais mais amplos. Esse impacto se evidencia, por exemplo, na formulação de programas educacionais mais inclusivos, na valorização de saberes historicamente marginalizados e na articulação de estratégias de enfrentamento às desigualdades estruturais.

Reconhece-se, contudo, que o presente estudo apresenta limitações. Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica com foco analítico, não foi possível contemplar de forma empírica a diversidade de experiências de mulheres negras em diferentes contextos universitários. Ademais, a escolha por determinadas autoras e abordagens teóricas implicou recortes que podem ser ampliados em estudos futuros. Questões metodológicas relacionadas à subjetividade do pesquisador e à seleção do corpus teórico também devem ser consideradas ao interpretar os resultados.

Diante disso, sugere-se que futuras investigações ampliem o diálogo com experiências empíricas de mulheres negras nas universidades, especialmente em relação a políticas de permanência, práticas pedagógicas e produção de conhecimento nos territórios periféricos. Além disso, é

recomendável explorar de maneira mais aprofundada as intersecções entre epistemologias feministas negras e outras formas de saber subalternizado, como as epistemologias indígenas, quilombolas e trans. Assim, espera-se que este trabalho sirva de base para o fortalecimento de práticas epistêmicas plurais e comprometidas com a justiça social no ambiente universitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa.** 2012. 279f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

BENÍTES, Sandra. Educação Guarani e interculturalidade: a(s) História(s) Nhandeva e o Teko. **Caracol**, São Paulo, Brasil, n. 20, p. 188–201, 2020.

ALCOFF, Linda. The problem of speaking for others, **Cultural Critique**, nº 20, 1991-1992, p. 5-32.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**, 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 13–45, jan./abr. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução de Vanessa Dornelles Rosa. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNELL, Raewyn. O Império e a criação de uma ciência social. **Contemporânea**, São Carlos. 2, n. 2, pág. 309-336, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 270–292, dez. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento fronteiro e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: **Estudos Feministas**, n.7, p.7-31, 1993.

HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. RECIIS - **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 1, n. 1, p. 163-168, 2007.

HOOKS, Bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. 1. ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 320, p. 935-952. Set/Dez, 2014.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais/projetos Locais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NASCIMENTO, B. O conceito de Quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora**, ano 3, n. 6-7, p. 41-48, 1985.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RIZZO, Tamiris Pereira; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. Do estar à deriva ao aquilombamento: territorialidade e produção de saberes de coletivos negros da UFRJ. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1–27, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad. Luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: UASB/Abya Yala, 2009.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e Decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)**. v. 5, n.1. Jan/Jul, 2019, p. 6-39.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história**. São Paulo: Malê, 2019.

Joaquim Agostinho De Santiago Neto

Mestrando em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário Instituto Superior de Teologia Aplicada (UNINTA). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Centro de Ensino Superior de Maringá (UniCesumar) e com formação pedagógica em História pelo Centro Universitário ETEP, conforme Resolução CNE/CP n 2/2019. Especialista em Docência para o Ensino Superior pelo Instituto Mineiro de Educação Superior (IMES). Atua nas áreas de Ciências Humanas e Educação, com ênfase em políticas públicas educacionais, formação docente, Educação das Relações Étnico-Raciais e epistemologias decoloniais. Participa do grupo de estudos e pesquisas: Política educacional, cultura escolar e ensino de História, desenvolvendo investigações sobre os impactos das políticas educacionais na escola pública, com foco nas relações entre currículo, identidade, raça, classe, gênero e território.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/2900033500279787>
